

EUA mantém negativa de socorro financeiro

O Brasil não precisa de um empréstimo-ponte dos Estados Unidos, "porque tem reservas adequadas", nem está na direção de uma nova moratória, segundo afirmou ontem o subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, ao fazer uma revisão otimista da economia mundial e do plano americano de redução da dívida, durante um encontro com a imprensa internacional — a que compareceu o correspondente Moisés Rabinovici (AE - Washington) — sobre a reunião de cúpula de Paris, que começa em 14 de julho.

Mas o nível das reservas brasileiras manteve-se adequado só durante 20 minutos, quando o subsecretário Mulford desmentiu-se, apesar de sua primeira declaração ter sido gravada: "Não comentei que as reservas brasileiras estejam adequadas; o que disse é que não acredito que o Brasil precise de um empréstimo-ponte dos Estados Unidos, neste momento". Um outro funcionário do governo americano disse, anteontem, que os Estados Unidos

não darão nenhum socorro financeiro "enquanto o Brasil não alcançar um acordo com o FMI".

Principal arquiteto do plano de redução da dívida apresentado em março pelos Estados Unidos, Mulford ainda explicou que as medidas adotadas pelo governo brasileiro nos últimos dias, como a centralização do câmbio, "podem resultar no atraso de algum pagamento", e acrescentou: "Vamos esperar que o processo dê certo o mais rápido possível, e que os atrasos não sejam longos nem substanciais".

Um novo atraso do Brasil no pagamento de juros poderá obrigar alguns dos grandes bancos americanos a elevar um pouco mais as suas reservas, e aumentará a pressão sobre o governo Bush para viabilizar a nova estratégia do Plano Brady para a dívida, segundo um artigo publicado ontem pelo *The Wall Street Journal*. Mas o assessor internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, procurou tranquilizar a indústria bancária

ao desmentir, numa entrevista telefônica, que o Brasil tenha interrompido os pagamentos aos bancos comerciais.

O subsecretário Mulford explicou que as negociações entre o México e os bancos comerciais entraram na fase "muito delicada" de fixar um valor apropriado para a redução da dívida de US\$ 54 bilhões.

O México queria 55% de desconto, mas concordaria com 40%. Por seu turno, os presidentes da maioria dos 15 bancos agrupados no comitê dos credores reuniram-se ontem em Nova York para discutir o aumento da redução de 30 a 35%. Segundo um dos banqueiros, o comitê se dividiu: os norte-americanos estavam prontos para elevar a oferta e enfrentaram a resistência de vários bancos europeus — entre eles, todos os franceses, que sequer aceitam 30%, mas se dispõem a acatar a decisão do grupo. O secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, se disse ontem convencido de que haverá acordo.